

MEMÓRIAS DOS APOSENTADOS

CARLOS EDSON MARTINS

PROMOTOR DE JUSTIÇA APOSENTADO NA ENTRÂNCIA ESPECIAL

Início na carreira

A bem da verdade nunca havia sonhado em ser promotor. Foi na faculdade, sob a influência daquela que seria minha futura mulher e por estudarmos juntos para os concursos, é que acabei escolhendo a carreira de promotor. E, por aquelas ironias do destino, eu, que havia ingressado na faculdade de direito pensando em ser delegado de polícia, acabei promotor e ela, que sonhava em ser promotora, acabou assumindo o cargo de Juíza Federal em São Paulo.

Concurso

Prestei um único concurso e passei, pois, no que respeita à teoria do direito, estava muitíssimo bem preparado. Não me lembro o número do concurso, mas sei que foi o último concurso da velha fase. Aquele cujo tema da dissertação foi: As justas causas nas diversas fases da persecução criminal.

E foi assim que o filho de feirantes, vendedor da Pfizer, bacharel em Física pela USP e em direito pela PUCSP, acabou se tornando promotor de justiça. Pena que minha velha mãe não tenha podido presenciar, deste plano, a minha posse.

Chefes do MP

Na época, o procurador-geral era o Dr. Paulo Salvador Frontini, depois sucedido pelos Drs. Claudio Ferraz Alvarenga, Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo, Emanuel Burle Filho e Luiz Antonio Guimarães Marrey.

Experiência como substituto

E a minha experiência como substituto foi bastante rica. A Comarca de Registro foi minha escola, minha faculdade, minha extensão universitária, meu mestrado e meu doutorado. Ela era a sede da minha circunscrição e lá acabei ficando por 16 meses, sem saber o que era receber diárias, morando e fazendo as refeições no próprio fórum.

Comarcas

Naquele tempo a Comarca tinha uma terrível fama. Antecedido por um colega que acabaria sendo demitido a bem do serviço público, jamais esquecerei o meu primeiro dia como promotor. Era uma segunda-feira, dia 20 de Junho de 1983, e, no dia anterior, eu e minha mulher havíamos viajado para Registro imaginando localizar e pagar uma visita para o promotor da comarca em sua residência. Afinal, no curso de adaptação, fora-nos dito que morar na comarca era obrigatório...

Nessa visita, segundo havia planejado, iria colocar ao colega a minha insegurança após o breve curso de adaptação. Sem nenhuma experiência forense, pois à época da faculdade de direito ganhava a vida como vendedor de matéria-prima para a indústria farmacêutica, as minhas dúvidas eram as mais singelas e nem por isto menos absurdas: Qual o assento do promotor na sala de audiências? Onde colocar a “quota” da denúncia? Coisas do gênero.

Bem, no dia seguinte compareci logo cedo ao Fórum para conversar com o colega e colocar toda a minha insegurança. Mas o tempo foi passando e nada! Nem sai para almoçar tamanho o meu nervosismo. Começado o expediente da tarde, sem que o famigerado colega tivesse dado as caras, não deu nem meia hora e um escrevente de sala - um rapazinho ruivo, cujo apelido não poderia ser outro que não Ferrugem - veio até o meu gabinete dizendo: Doutor, o senhor está com a palavra lá na sala de audiências da 1ª. Vara. Como bom vendedor que ainda era, não tive dúvida e me saí com esta: Diga ao Juiz que eu sou o Promotor da 2ª.vara. Mais meia hora, e lá estava o Ferrugem de volta: Doutor, o

Juiz falou que se o senhor não for ele irá consignar a ausência do MP. Saí correndo feito um louco para a sala de audiências e, para minha sorte, no momento em que surgiu na porta, o telefone tocou no gabinete do juiz, o hoje desembargador Doutor Armando Sérgio Prado de Toledo. Enquanto ele falava ao telefone, ingressei no seu gabinete e, terminada a ligação, me apresentei a ele e, sem o menor pudor, expliquei a ele que nunca havia estado numa sala de audiências antes e, portanto, não tinha a menor ideia de onde sentar e de como fazer a tal alegação final. Fui então por ele escoltado até a sala onde tomei assento ao seu lado, e ele - após me apresentar ao defensor Dr. João Batista de Faria, que na década de 1930 havia sido promotor público - foi logo dizendo: Doutor Faria, este é o nosso novo promotor substituto. É o seu primeiro dia na carreira e ele está um pouco inseguro e, já antecipando que o seu cliente será condenado, irei mostrar a ele como fazer a alegação final oral, e assim foi feito.

Terminada a audiência, o Dr. Armando me apresentou ao outro juiz titular da comarca, o hoje também desembargador Dr. Luis Antonio Cerqueira Leite, e eles me colocaram a par da real situação da Comarca. O promotor titular pouco comparecia e havia armários repletos de inquéritos relatados, dois banheiros de alegações finais e por aí adiante. Um autêntico caos!

Sozinho e sem experiência, a minha missão não parecia nada animadora. Mas com a ajuda dos dois magistrados, que após terminarem os seus expedientes por volta das 22h00 vinham ao meu gabinete ajudar-me nas minhas tarefas, o fardo foi ficando cada vez mais leve. Trabalhávamos todos dias até quase o dia amanhecer e depois íamos dormir por algumas horas, eles na casa em frente ao fórum, eu na sala secreta do júri. Sou eternamente grato a esses dois magistrados!

Às 10 horas da manhã estávamos todos prontos para um novo dia.

Às quartas-feiras juízes e promotores do Vale do Ribeira encontravam-se para jantar e trocar experiências, cada semana em uma Comarca diferente. No dia 22 de junho de 1983, ou seja no terceiro dia que eu estava na Comarca, o jantar foi em Registro e, com a ajuda do colega José Maria,

titular da Comarca de Juquiá, fiz a minha primeira denúncia (artigo 16 da Lei 6368/76) e aprendi onde colocar a malfadada quota. Uma dúvida a menos!

Vieram as férias forenses de Julho e eu, juntamente com o colega Mundi, que um dia viria a ser Corregedor-geral do MP, respondemos por toda a circunscrição e pude também aprender muito com ele, que já tinha a experiência de mais de um ano de carreira.

Em agosto daquele ano fui nomeado para fazer um júri na Comarca de Iguape e acabei tomando gosto pelo plenário. Percebi que no júri tinha simplesmente que “vender o meu peixe” para os sete jurados, e, tendo sido vendedor por mais de uma década, isso era muito fácil para mim. Acabei pegando gosto pelo plenário.

E foi assim que, trabalhando 16 horas por dia, coloquei em dia o serviço da Comarca e lá fui ficando, retardando por opção a minha promoção para a 1ª. entrância, pois naquele tempo a carreira era extremamente rápida.

Além das minhas dificuldades pessoais, na década de 1980 o Ministério Público era quase indigente se comparado aos dias de hoje. Sequer havia uma máquina de escrever do MP na Comarca e, tive que mandar vir a minha, uma velha Remington, de São Paulo. A minha mulher, que à época trabalhava no jornal O Estado de São Paulo, diligenciou para que o caminhão que fazia a entrega diária do jornal na cidade a trouxesse para mim.

Faltava tudo, desde papel carbono até o próprio papel timbrado da instituição. Para não apresentar as minhas peças em papel sulfite, acabei mandando imprimir, às minhas expensas, o papel timbrado do MP numa gráfica local. Soube de colegas que pagaram do próprio bolso a colocação de carpete e ar condicionado nos seus gabinetes.

O telefone, quando muito, era um ramal cedido pelo juiz-diretor do fórum e, portanto como quase tudo, pertencia ao Poder Judiciário. Em Iguape, minha primeira entrância, o telefone do meu gabinete era uma mera extensão do telefone do gabinete do juiz, que, virando uma simples chave, podia deixar, como de fato deixava, mudo o meu telefone por quase

todo o dia. Não foram poucas as nossas discussões sobre a democratização do uso da invenção de Graham Bell.

Como disse, minha primeira entrância foi Iguape, para onde fui promovido por antiguidade. Depois fui promovido por merecimento para a Comarca de Praia Grande, minha 2ª. entrância.

De lá, poucos meses depois, segui promovido para Itanhaém, de onde um ano depois me removi, por merecimento, para o Guarujá.

Do Guarujá, onde permaneci por um par de anos, me promovi para o cargo de Promotor do Júri do V Tribunal do Júri de São Paulo, em Pinheiros, onde permaneci até sofrer um infarto, no dia 2 de outubro de 1992, dia do meu aniversário e da invasão do Carandiru.

Depois disso, por orientação da minha cardiologista, me removi para as Execuções Criminais, onde permaneci até a minha aposentadoria em fevereiro de 1995.

Aposentadoria

A minha aposentadoria acabou coincidindo com a aposentadoria da minha esposa como juíza federal, e, após nos associarmos a um irmão dela, começamos a nossa carreira de advogados na área tributária. Era uma época excelente para os tributaristas e, atendendo as empresas que haviam sido minhas clientes na época de vendedor, acabamos ganhando muito mais dinheiro do que imaginávamos ganhar, investindo em postos de gasolina (que hoje não temos mais) e em imóveis nos EUA.

Hoje moramos em Aventura, no estado da Florida, e temos uma casa em Fortaleza, onde passamos algum tempo na companhia de familiares.

Terminados quase todos os nossos processos tributários, hoje só advogamos em causas muito especiais, de amigos ainda mais especiais, e desde que seja possível fazê-lo eletronicamente. Mas confesso que ainda sonho com o Júri!

